



UNIÃO MARISTA
DO BRASIL

CONGRESSO NACIONAL OBSERVANDO A ATIVIDADE LEGISLATIVA

Relatório semanal de acompanhamento das atividades do Congresso Nacional nos temas relevantes para o Brasil Marista

- Direitos da Criança e do Adolescente, Juventude, Educação, Filantropia e outros temas de interesse.



Brasília (DF)
13 a 17 de outubro
2014

SUMÁRIO

1.	PARA ENTEDERMOS O CONGRESSO NACIONAL.....	3
2.	PRINCIPAIS ATIVIDADES LEGISLATIVAS NA SEMANA	4
2.1	Atividade legislativa da Câmara dos Deputados.....	4
2.1.1	Comissões da Câmara dos Deputados.....	4
	Comissão de Constituição e Justiça – CCJC	4
	Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF.....	5
	PL 6840/13 - JORNADA INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO	6
2.1.2	Plenário da Câmara	6
2.2	Atividade legislativa do Senado Federal.....	7
2.2.1	Comissões do Senado.....	7
	Comissão de Direitos Humanos – CDH.....	7
2.2.2	Plenário do Senado	8
3.	EM FOCO	9
	ANEXO - SIGLAS.....	17

1. PARA ENTEDERMOS O CONGRESSO NACIONAL¹

Representação parlamentar na Câmara

Blocos partidários

Os atuais blocos partidários se dissolverão com o fim da legislatura, e novos blocos poderão ser formados na nova legislatura para a atuação política conjunta de partidos. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados prevê que dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum, e estabelece que o bloco tem duração máxima de quatro anos – mesmo período da legislatura.

Hoje, há dois blocos em funcionamento na Câmara: um formado pelo PP e Pros (partido criado no final de 2013), com 60 deputados, e o outro formado por PR, PTdoB e PRP, com 37 deputados. Os blocos têm o mesmo tratamento dispensado aos partidos com representação na Casa. Ao se unir em blocos, os partidos abrem mão de sua liderança individual.

O principal objetivo para a formação de blocos é fortalecer grupos políticos na composição da Mesa Diretora e da presidência das comissões. Isso porque as vagas da Mesa e das presidências das comissões são proporcionais ao número de deputados dos blocos ou partidos. Muitas vezes, os blocos são desmanchados logo após essas definições, para que os partidos voltem a ter suas lideranças individuais.

Formação dos blocos

A formação dos blocos deverá ser comunicada à Mesa até o dia 1º de fevereiro. Os blocos não precisam ter relação com as coligações partidárias formadas durante a campanha eleitoral e poderão mudar a cada sessão legislativa. Para ser criado, o bloco precisa de no mínimo 16 deputados, e sempre que o desligamento de uma bancada implicar a perda desse quórum, o bloco será extinto.

No caso das comissões, a distribuição das presidências é baseada nos blocos formados até o dia 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura. Já para a eleição da Mesa Diretora, que é feita a cada dois anos, podem ser formados novos blocos no meio da legislatura. Por isso, normalmente os blocos são alterados a cada dois anos. Na Mesa Diretora, o maior partido ou bloco tem direito a escolher o cargo que prefere, geralmente a Presidência da Casa. As demais funções são divididas entre os outros partidos, de acordo com seu tamanho.

Votações

A formação do bloco também altera o posicionamento dos partidos em Plenário durante as votações. Quanto maior o número de representantes de um bloco, mais tempo o líder tem para falar no Plenário e mais sugestões de alterações aos projetos de lei (destaques) pode apresentar.

Constitui a Maioria o partido ou bloco parlamentar integrado pela maioria absoluta dos membros da Casa, considerando-se Minoria a representação imediatamente inferior que, em relação ao governo, expresse posição diversa da maioria. Se nenhuma representação atingir a maioria absoluta, assume as funções regimentais e constitucionais da Maioria o partido ou bloco parlamentar que tiver o maior número de representantes.

¹ Retirado do portal: www.senado.leg.br

SAIBA MAIS:**Para entender mais sobre os termos legislativos:**

- www2.camara.leg.br/glossario
- www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo

Previsão de agenda do Senado e da Câmara:

- www.senado.leg.br/atividade/agenda/default.asp
- www.camara.leg.br/internet/agendacamara

Acesse os regimentos internos:

- Câmara: www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados
- Senado/ Regimento Comum: www.senado.leg.br/legislacao/regsf/

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES LEGISLATIVAS NA SEMANA**2.1 Atividade legislativa da Câmara dos Deputados****2.1.1 Comissões da Câmara dos Deputados****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – CCJC**

Presidente: Vicente Candido (PT/SP)

1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT/PB)

2º Vice-Presidente: Fábio Trad (PMDB/MS)

3º Vice-Presidente: Vitor Paulo (PRB/RJ)

Na pauta – Será analisado em caráter conclusivo, o [PL-7813/2014](#), do Sr. Onofre Santo Agostini (PSD/SC), que “Acrescenta parágrafos ao art. 67 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, para dispor sobre a aposentadoria especial do especialista em educação”. A matéria assegura aos especialistas em educação com atividade exclusiva na educação básica (da creche ao ensino médio), como diretor e orientador pedagógico, aposentadoria com 30 anos de contribuição para homens e 25 para mulheres, desde que esses profissionais possuam formação em docência, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/96).

Está em tramitação o [PL 7602/2014](#), da Srª. Mara Gabrielli (PSDB/SP), que “Acrescenta art. à Lei nº 7.120, de 1984 - Lei de Execução Penal”, assegurando à pessoa com deficiência o direito de cumprir pena em estabelecimento distinto, exclusivo e adaptado à sua condição. De acordo com a autora, pessoas com deficiência que cumprem penas “não gozam efetivamente de seus direitos”.

Tramita em regime de urgência o [PL 7375/2014](#), da Srª. Janete Pietá (PT/SP), que “Dispõe sobre indenização à vítima de ação praticada por agente de segurança do Estado, e dá outras providências.” O projeto regulamenta a indenização a ser paga a vítima de ação praticada por agentes de segurança do Estado. Caso sejam comprovados abusos nessas ações, o Poder Executivo deverá fixar indenização em valor capaz de cobrir as despesas da vítima e dos familiares com transporte, lazer e gastos com educação.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA – CSSF

Presidente: [Amauri Teixeira](#) (PT/BA)
 1º Vice-Presidente: [Antonio Brito](#) (PTB/BA)
 2º Vice-Presidente: [Mandetta](#) (DEM/MS)
 3º Vice-Presidente: [José Linhares](#) (PP/CE)

Na pauta – Será analisado o [PL 7332/2014](#), do Sr. André Figueiredo (PDT/CE), que “Altera o art. 21-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a manutenção do benefício de prestação continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais”. Reprodução de nota do Portal Câmara de Notícias:

[Proposta garante benefício a deficiente que trabalha](#)

Hoje, pessoas carentes com deficiência que não trabalhem têm direito a um salário mínimo por mês.

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7332/14, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que assegura a manutenção do benefício de prestação continuada (BPC-Loas) à pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais.

A Constituição garante um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de se sustentado pela família. Ao regulamentar o dispositivo, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas - 8.742/93) definiu que as pessoas com deficiência só teriam direito ao rendimento se a renda familiar per capita fosse de até 1/4 do salário mínimo.

Pela lei, o benefício é suspenso enquanto a pessoa com deficiência estiver exercendo atividade remunerada ou atuando como microempreendedor individual. O projeto de Figueiredo altera a Loas.

“Para muitas famílias, o BPC constitui o único rendimento fixo com que podem contar, sobretudo quando muitos familiares têm de permanecer em casa para atender às necessidades de cuidado da pessoa com deficiência. Diante de um afastamento prolongado, torna-se extremamente difícil a reinserção ou inserção dessas pessoas, em curto prazo, no mercado formal de trabalho”, afirmou o deputado.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta:

PL-7332/2014

15/10/2014 - 13h01. Reportagem: Thyago Marcel. Edição: Natalia Doederlein. A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Será analisado o [PL 7256/14](#), do Sr. Carlos Bezerra (PMDB/MT), que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional habilitado em reanimação neonatal na sala de parto das unidades de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde -SUS”. Segundo Carlos Bezerra, a perda de vidas pode ser evitada com a presença de um médico ou enfermeiro no momento do parto. Reprodução de nota do portal Câmara de Notícias:

[Proposta exige especialista em reanimação neonatal em salas de parto do SUS](#)

A Câmara dos Deputados analisa projeto de lei (PL 7256/14) que obriga a presença de profissional habilitado em reanimação neonatal em salas de parto de unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o autor da proposta, deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), a perda de vidas pode ser evitada com a presença de um médico ou enfermeiro no momento do parto.

De acordo com o parlamentar, uma das principais causas de mortes de crianças, logo após o nascimento, é a falta de preparo adequado de profissionais de saúde para promover a necessária reanimação dos que nascem com problemas no sistema respiratório.

Bezerra destaca que, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a mortalidade neonatal, que corresponde às mortes ocorridas nos primeiros 28 dias de vida do bebê, teve queda de 67,8% no Brasil entre 1990 e 2012, passando de 28 para 9 mortes a cada mil nascidos vivos. Já a redução da mortalidade infantil foi maior, de 75%, caindo de 69,1 a cada mil nascidos vivos para 15,7.

Para o deputado, “o fato de o percentual da redução da mortalidade neonatal ser inferior ao da mortalidade infantil mostra que muito se deve evoluir em termos de assistência, especialmente quando se sabe que, dessas mortes, boa parte está concentrada na primeira semana e no momento do parto”.

Ele acrescenta que, embora a redução tenha sido expressiva, os números brasileiros ainda estão distantes dos de países desenvolvidos, e ressalta que a queda se deve mais à melhoria das condições sanitárias e de acesso à alimentação do que à qualidade da assistência.

- O autor do projeto também considera preocupantes os dados de pesquisa realizada em 2010 pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) sobre mortes por asfixia de bebês que nascem no tempo certo e sem nenhuma má-formação. O estudo revela que houve 3.758 óbitos naquele ano, sendo que 45% ocorreram nas regiões Norte e Nordeste, e as ocorrências foram maiores em hospitais públicos (57%) e fora das capitais (67%). Segundo a SBP, o número aceitável de mortes nessa situação é próximo de zero.

- Para Bezerra, além de não garantir a presença de um profissional capacitado em reanimação de recém-nascidos, "os gestores do SUS não têm sido capazes de suprir essas unidades com insumos básicos e os equipamentos indispensáveis".

■ **Tramitação**

- O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- 13/10/2014 - 15h14. Reportagem: Luiz Gustavo Xavier. Edição: Marcos Rossi. A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

PL 6840/13 - JORNADA INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO

Último trâmite – Em 10 de abril de 2014 aberta a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao [Projeto de Lei nº 6840, de 2013](#), da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências" (PL684013). Na data designado Relator, Dep. Wilson Filho (PTB-PB).

Última reunião agendada – Cancelada a [audiência pública marcada em 10 de julho de 2014](#), em atendimento ao Requerimento nº 2/2014 do Deputado Wilson Filho, subscrito pelo Deputado Newton Lima, para discutir auditoria realizada pelo TCU com o objetivo de avaliar a oferta e a qualidade do ensino médio no Brasil.

Comissão sem atividade legislativa recente.

2.1.2 Plenário da Câmara

15 de outubro – Foi realizada sessão solene em homenagem ao dia do professor.

O deputado Chico Alencar (Psol/RJ) informou que há mais de 2,3 milhões de professores e professoras no País, cujo ofício atinge direta ou indiretamente dois terços da população. "No Brasil, a tarefa de educar é absolutamente fundamental, ampla e nacional. Daí o absurdo de, em 2014, termos ainda cinco estados que não cumprem a lei do piso salarial nacional (Lei [11.738/08](#)), de R\$ 1.697,39 por 40 horas de trabalho."

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), argumentou que a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) neste ano constitui um importante passo para a busca da qualidade do ensino e da valorização dos profissionais da área. "Há anos o Brasil não possui uma lei capaz de definir a macrogestão no setor, definindo responsabilidades aos municípios, aos estados e à União. Várias metas estão consagradas no PNE, e a destinação de 10% do PIB para a educação tem importância estratégica. O desafio é o de garantir condições de trabalho que permitam a qualidade do ensino e o respeito ao exercício do direito de aprender de cada aluno", informou.

O deputado Izalci (PSDB/DF), disse que a homenagem se dirigia a homens e mulheres que, mesmo diante de todas as adversidades, escolheram a profissão de ensinar. "Tive uma educação primorosa em todos os aspectos, mas gostaria de destacar que isso só foi possível porque os professores na época eram mestres respeitados pela comunidade, pelos governos e, sobretudo, pelos alunos." O deputado acrescentou que o exemplo do respeito e da valorização tem que vir de cima. "Infelizmente, o que vemos no Brasil são professores tratados com violência física e moral, porque a inversão de valores neste País é hoje algo assustador. Como podemos exigir de nossas crianças e adolescentes que respeitem seus mestres se o Estado os trata com desprezo?", indagou.

O presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), encaminhou mensagem ao Plenário destacando a necessidade de mudanças na educação do País. "É fato largamente conhecido que um dos principais entraves ao desenvolvimento do Brasil é a precariedade do nosso ensino, realidade que em grande parte resulta do descaso histórico a que os professores têm sido relegados. Tal realidade precisa mudar com urgência, pois sem remuneração compatível com a sua importância, sem motivação e com baixa autoestima nossos professores jamais conseguirão reverter o quadro dramático da educação pública nacional", declarou.

Atividade legislativa do Senado Federal

2.2.1 Comissões do Senado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – CDH

Presidente: Senadora Ana Rita - PT/ES

Vice-presidente: Senador João Capiberibe - PSB/AP

13 de outubro – Reprodução de nota do portal de Notícias do Senado:

[CDH encerra ciclo de debates sobre a maconha](#)

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) cancelou o sétimo e último debate previsto dentro do ciclo que discute a regulamentação da maconha. Agora o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da Sugestão 8/2014, de iniciativa popular, vai se dedicar à elaboração do relatório, cujo prazo de entrega é o fim do ano.

Depois do encontro desta segunda-feira (13), que mais uma vez mostrou uma forte divisão de opiniões, especialmente quanto ao uso recreativo da droga, Cristovam afirmou que seu relatório dará ênfase à questão do uso medicinal de derivados de maconha.

Na série de audiências, a CDH ouviu autoridades, lideranças sociais e intelectuais para embasar o parecer do colegiado sobre a proposta popular de criação de regras para o uso recreativo, medicinal e industrial da droga. Com base nas discussões, o relatório de Cristovam orientará a comissão, que decidirá se a sugestão vai se tornar projeto de lei.

A proposta de regulamentação da maconha, apresentada por meio do Portal e-Cidadania do Senado, recebeu apoio de mais de 20 mil pessoas em apenas oito dias, entre 31 de janeiro e 8 de fevereiro. A sugestão prevê que seja considerado legal "o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal".

No ciclo de debates, avançou a percepção de urgência na liberação da maconha para fins medicinais. O uso terapêutico de substâncias como o canabidiol (CBD) tem se mostrado eficiente em pacientes que sofrem de condições como epilepsia grave, esclerose múltipla, esquizofrenia e mal de Parkinson.

Veja os destaques das audiências públicas:

Primeiro debate (2/6) - o secretário nacional de Drogas do Uruguai, Julio Calzada, destacou o efeito positivo da legalização do comércio da droga sobre a criminalidade naquele país. Ele ressaltou que o Uruguai, que despenalizou o uso de drogas, registra evolução do consumo e de seus efeitos colaterais semelhante ao de países que mantêm a criminalização.

Segundo debate (11/8) - o coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, disse que os índices de violência demonstram que o atual modelo proibicionista não deu resultados positivos.

Terceiro debate (25/8) - a liberação do uso medicinal foi defendida por pais cujos filhos têm recomendação médica para fazerem uso de medicamentos derivados da droga, pelos especialistas convidados e até por quem é contra liberar a maconha com finalidades recreativas. O debate durou mais de quatro horas e abriu espaço para a manifestação de cerca de 30 pessoas.

Quarto debate (8/9) - o defensor público na Bahia Daniel Nicory frisou que as cadeias estão sendo superpovoadas por jovens sem antecedentes criminais, condenados por portarem quantidades pequenas de drogas, e que saem pior do que entraram no cárcere. No debate, também se lamentou a pouca clareza a respeito da quantidade a ser considerada para "uso pessoal". Sobre o uso recreativo, muitos relatos a favor e contra, principalmente de pais que perderam seus filhos com o vício, e que alegam ser a maconha a porta de entrada para as demais drogas.

Quinto encontro (22/9), o juiz João Marcos Buch disse ter certeza de que o Direito Penal jamais vai cumprir o papel de impedir o uso de drogas, e faz é alimentar, de forma autofágica, a violência e a criminalidade com a proibição. Já o procurador da República Guilherme Zanina Schelb, que atua na defesa da infância e juventude, salientou a relação entre o consumo de drogas e a recusa a

- *obedecer a autoridades. Dessa forma, em seu ponto de vista, os jovens se tornam rebeldes incontroláveis, tendo repulsa a pais, professores e orientadores.*
- *Da Redação | 13/10/2014, 18h42 - ATUALIZADO EM 13/10/2014, 19h09. Agência Senado*
- *(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)*

2.2.2 Plenário do Senado

15 de outubro - A Sr^a. Ana Amélia (PP/RS), homenageou todos os brasileiros que têm por profissão a arte de ensinar. Ela também defendeu a valorização da categoria, mais investimentos na área da educação, currículo nacional único e escola em tempo integral. A senadora também lamentou que ainda persistam na educação problemas como gestão ineficiente, desinformação, reprovação, repetência escolar e grade curricular defasada. "Diante de tantas dificuldades, é o professor que torna real o direito à educação para muitas crianças", afirmou Ana Amélia.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT/DF), lamentou nesta quarta-feira (15) que a educação não tenha sido debatida adequadamente pelos candidatos à Presidência da República. O senador argumentou que nenhum dos candidatos tenha se comprometido a apoiar os estados a cumprirem a lei do piso salarial, que define o valor mínimo dos salários dos professores, bem como a destinação de trinta por cento da jornada de trabalho deles para o planejamento das aulas e atendimento aos pais e estudantes.

3. EM FOCO

Reprodução de nota:

Saúde

• Ministério da Saúde e projeto na Câmara pretendem reduzir partos por cesariana

População poderá participar de consulta da ANS sobre medidas de redução desse tipo de parto no País.

No Brasil, 84,6% dos partos na rede privada são feitos por cesariana. Cenário muito distante da meta de 15% fixada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para mudar essa realidade, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) apresentou nesta semana uma [consulta pública](#) para discutir medidas de redução do número de cesarianas. Entre os temas, está o direito de mulheres, grávidas ou não, serem informadas sobre as taxas de cesáreas e de partos normais por médico e estabelecimento de saúde.

Feita sem indicação médica, a cesariana aumenta em 120 vezes o risco de problemas respiratórios no recém-nascido e triplica os casos de morte da mãe.

Segundo o ministro da Saúde, Arthur Chioro, o estímulo ao parto normal pode diminuir a mortalidade materna e a mortalidade infantil, particularmente a mortalidade infantil neonatal precoce. "Nós temos que voltar a estabelecer o parto normal como cultura e como prática no nosso País", afirmou.

Para a coordenadora da bancada feminina, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), é fundamental a mudança de hábitos. "Nós temos, ao longo da história, alguns hábitos culturais. O primeiro é um estímulo à cesariana, porque o preço era maior. O segundo, um estímulo à mãe que fizesse cesariana, porque a dor era menor. Há uma falta de educação para o parto natural", disse a deputada.

Projeto na Câmara

O deputado Jean Wyllys (PsoL-RJ) é autor de projeto de lei (PL [7633/14](#)) que garante à mulher direito de "plano de parto" e prevê multa para instituições que desrespeitarem a meta de 15% para cesáreas.

"O que está em jogo nessa insistência em torno da cirurgia cesariana é todo o lucro que há em torno dessas cirurgias. Não podemos deixar que isso continue", disse Jean Wyllys.

Consulta pública

A sociedade pode participar da consulta da ANS no período de 24 de outubro a 23 de novembro. Para isso é preciso preencher formulário disponível no site da agência reguladora (<http://www.ans.gov.br>). Segundo o Ministério da Saúde, as medidas sugeridas entrarão em prática a partir de dezembro.

Íntegra da proposta:

[PL-7633/2014](#)

16/10/2014 - 19h00. Reportagem: Emanuelle Brasil. Edição: Pierre Triboli. A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Educação e Cultura

• Brasil lidera ranking de violência contra professores

O Brasil lidera o ranking de violência contra o professor, segundo pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre aprendizagem (Talis). Foram entrevistados mais de 100 mil professores em todo o mundo. No Brasil, 14.291 professores responderam ao questionário, além de 1.057 diretores de 1.070 escolas.

Quando perguntados se já sofreram agressões verbais ou intimidação por parte de alunos, 12,5% dos professores brasileiros responderam que sim. O resultado distancia o Brasil de países como Coreia do Sul, Malásia e Romênia, onde o índice é zero.

Ainda de acordo com a pesquisa, professores no Brasil declaram gastar 20% de seu tempo em aula mantendo a ordem da sala (comparado com a média de 13% dos 34 países entrevistados pela Talis).

Projeto de lei

Com o objetivo de diminuir a violência nas salas de aula, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei [7307/14](#), que prevê punição para estudantes que agredirem verbal ou fisicamente professores.

No entanto, o assunto não é pacífico. De um lado, há defensores de ação mais enérgica do Estado; de outro, os que afirmam ser dever dos pais orientar seus filhos a respeitar os professores.

Segundo o autor do PL 7307/14, deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), o combate à violência física e ao uso de drogas nas escolas deve ser feito por meio de leis proibitivas.

"Muitas vezes, o Estado só se preocupa em criar leis que protejam, que defendam; mas não, as crianças e adolescentes lá na sua vida adulta têm de saber que tudo o que fazem e que para toda ação há uma consequência", afirmou o deputado.

Já a deputada Liliam Sá (Pros-RJ) disse que é desnecessária uma lei para regular o assunto. "O projeto é redundante, apesar da boa intenção do legislador em relação às punições. As escolas já têm punição específica. Quando o aluno comete um ato infracional, ele é punido: a escola suspende, chama os pais e encaminha para o conselho tutelar", declarou a deputada.

"Não é através de projetos de lei que nós vamos fazer com que essas crianças tenham disciplina. Isso depende muito da escola, da direção da escola e dos pais. Depende da educação que os pais passam a seus filhos, para ensinar a respeitar as leis, o que já começa dentro de casa, a respeitar seu professor, respeitar o horário", disse Liliam Sá.

Vítimas de agressão

Vítima de agressão em 2008, o professor Valério Mariano dos Santos acredita que a profissão deve ser respeitada pelo governo e pela sociedade. Do contrário, não haverá mais estímulo em trabalhar nas salas de aula.

"A sociedade desvaloriza, o próprio governo desvaloriza, e não oferece ao professor condições mínimas de um trabalho decente na sala de aula. A estrutura física das escolas não oferece essa condição. A falta de comprometimento da família também contribui para esse prejuízo, para esse desamor", disse o professor.

Comunicação aos pais

O Projeto de Lei 7307/14 prevê a suspensão e o encaminhamento para a Justiça, em casos graves, dos alunos que descumprirem as normas de conduta. O texto ainda será analisado por três comissões da Câmara dos Deputados.

O relator da proposta na Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), posicionou-se favorável ao projeto e apresentou substitutivo para acrescentar a obrigatoriedade de comunicar previamente aos pais ou responsáveis a apuração de faltas cometidas pelo aluno.

Segundo Pestana, a alteração tem o objetivo de adequar o texto à exigência da legislação, que prevê a necessidade de prévia oitiva de interessados (pais e responsáveis) nos casos de suspensão do aluno. Além disso, "o caráter pedagógico da medida recomenda a conscientização de todos os envolvidos na educação do aluno", argumenta Marcus Pestana.

Continua:

[No Dia do Professor, deputados defendem valorização da categoria](#)

Íntegra da proposta:

[PL-7307/2014](#)

15/10/2014 - 21h04. Reportagem: Emanuelle Brasil. Edição: Pierre Triboli. A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Reprodução de nota:

Diversidade

• Criminalização da homofobia divide opiniões na Câmara

Na Casa, tramitam propostas que tratam do tema com propósitos diversos. Há quem defenda uma abordagem geral do assunto e outros que apoiam ações específicas de combate ao preconceito. Especialistas apontam fragilidade de dados para conduzir a questão.

Em um momento em que o Vaticano começa a defender a aceitação de fiéis gays, movimentos homossexuais denunciam a violência contra gays, lésbicas, transexuais e travestis. Levantamento não oficial realizado pelo Grupo Gay da Bahia apontou recentemente que a homofobia foi a causa de pelo menos 216 assassinatos ocorridos no País até 21 de setembro deste ano. Em 2013, as mortes motivadas pelo preconceito teriam somado 312 casos e, em 2012, 338 ocorrências.

com base em registros policiais e notícias, uma vez que não existe um levantamento oficial. O que existe são dados relativos a denúncias recebidas pelo Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal.

Só no primeiro semestre deste ano, foram recebidas 537 denúncias relacionadas à homofobia em todo o País. Em 2013, as denúncias pelo Disque 100 somaram 1.695, sendo 1.044 somente no primeiro semestre. O número de denúncias oscila ano a ano. Se, por um lado, houve um aumento de 161,52% na comparação entre 2012 (3.031 denúncias) e 2011 (1.159 registros); registrou-se um decréscimo de 44,08% na comparação entre 2013 e 2012.

Dados frágeis

Para a pesquisadora Sinara Gumieri, do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), a situação pode ser ainda mais grave do que a traçada pelos números do Grupo Gay da Bahia. "São dados frágeis, porque vêm de coletas de notícias ou de denúncias. Não temos uma política que trabalhe para entender esses casos", avalia.

Já para o deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), as estatísticas dos movimentos LGBT são "infundadas". "Elas não apresentam a motivação do crime. Não dizem quem matou e por que matou."

Mãe de um jovem gay recentemente agredido em um bar de Brasília, Tatiana de Sousa discorda do parlamentar. Ela diz que quem agride tem uma motivação clara: a homofobia. "As pessoas que agredem dizem que estão fazendo aquilo porque (a vítima) é bicha, veado, nojento", lamenta.

Criminalização da homofobia

A prática da homofobia não é tipificada como crime no Brasil, mas pode vir a ser, caso o Congresso aprove proposta nesse sentido. Em 2006, a Câmara dos Deputados aprovou o [PL 5003/01](#), da deputada Iara Bernardi (PT-SP), que criminaliza a homofobia. Atualmente, a proposta está no Senado (PLC 122/06), onde tramita em conjunto com a Reforma do Código Penal (PLS 236/12).

Ronaldo Fonseca é contrário à criação de leis específicas sobre homofobia. "Não podemos entender que o crime acontece apenas contra uma classe", observa. Para ele, a homofobia deve ser punida com base no Código Penal ([Decreto-Lei 2.848/40](#)), que "já tipifica o crime de lesão corporal, de homicídio".

Já Tatiana de Sousa defende a criação de leis com o objetivo claro de combater a homofobia. "Ninguém ia pedir lei se não fosse necessário. É como o racismo. Se não existisse agressão por racismo, não precisaria ter lei", compara.

Ações

Para a pesquisadora Sinara Gumieri e a deputada Erika Kokay (PT-DF), mais do que leis, o Brasil precisa de ações específicas voltadas para o combate do preconceito nas áreas de educação e saúde, por exemplo.

"Não existe uma política pública sistemática para a população LGBT, exposta a uma série de vulnerabilidades. É alta a evasão escolar dessa comunidade, o acesso à saúde é precário e essas pessoas ainda são alvo de violência", lista Sinara Gumieri.

"Precisamos de políticas públicas, principalmente na educação. É inadmissível as pessoas morrerem em razão da homofobia", acrescenta Kokay.

Continua:

[Conheça outras propostas que tratam de discriminação sexual](#)

Íntegra da proposta:

[PL-5003/2001](#)

15/10/2014 - 10h55. Reportagem: Noéli Nobre. Edição: Rachel Librelon. A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Reprodução de nota:

Educação e Cultura

• Câmara mostra sua produção de conhecimento em feira de Ciência e Tecnologia

Com mais de 100 metros quadrados de estandes, a Câmara dos Deputados já contabiliza centenas de visitantes na [11ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia](#) (SNCT).

No segundo dia de evento, os expositores puderam mostrar como funciona o projeto [Plenarinho](#) da Câmara, site institucional voltado ao público infanto-juvenil, além de palestras, no auditório, sobre os projetos: Laboratório Hacker e portal [e-Democracia](#).

A coordenadora responsável pela participação da Câmara no evento, Zezé Garcia, disse que é uma grande oportunidade para se conhecer mais o Legislativo. "A população precisa entender a Câmara como uma instituição de Estado, da importância que ela tem, não só no Brasil, como no mundo todo. O outro lado da Câmara, que todos têm que conhecer, é a produção de conhecimento que a Câmara faz e que está à disposição do cidadão - e que o cidadão usa, ainda, pouco, porque não conhece".

Entre as diversas [programações](#), o público pôde participar da palestra "Hackeando a Câmara dos Deputados", com Diego Cunha, da equipe do Laboratório Hacker.

Transparência e participação popular

Ele explicou como funciona o projeto, criado em 2013. "A gente trabalha com esse outro conceito de 'hacker': como pessoas que estão colaborando com a ideia de transparência e participação popular, através de projetos de tecnologia".

Diego Cunha também ressaltou a importância da participação do público na construção de debates, especialmente, quando os temas envolvem participação popular, como na palestra "Portal e-Democracia da Câmara: uma experiência real de participação social no Legislativo".

O estudante da escola Cemeb, Lucas Lemos Camelo, de 16 anos, permaneceu até o final da palestra sobre e-Democracia e reconheceu que aprendeu muito mais sobre o tema. "A gente pode até ver sobre os deputados que a gente está elegendo; se eles estão em processo [cassação]; quais os assuntos que eles estão debatendo lá na Câmara. Eu acabei me surpreendendo, porque eu vim por uma coisa e ele [o palestrante] falou mais do que eu esperava".

Já Emiliy Braga Santos, de 16 anos, também estudante da escola Cemeb, preferiu visitar o estande de "Áreas Verdes", do grupo da EcoCâmara. "Primeiro, eu vi as coisas sobre a natureza. Eu aprecio muito a natureza. Aqui é muito divertido, legal. Dá para aprender várias coisas...é bastante legal"

Zezé Garcia fez o convite aos que ainda não foram ao evento. "O pessoal que não veio ainda está perdendo, perdendo muito, porque a feira, de maneira geral, está excelente. Quem vier, com certeza, não irá se arrepender".

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia acontece no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, de Brasília, e vai até domingo (19). A programação completa está disponível no endereço: www.mcti.gov.br. Participe! A entrada é gratuita.

14/10/2014 - 21h41. Reportagem: Thyago Marcel. Edição: Regina Céli Assumpção. A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Reprodução de nota:

Educação e Cultura

• Inscrições para Estágio Cidadão ficam abertas até dia 24

Estão abertas até o dia 24 de outubro as inscrições para o Estágio Cidadão, programa da Coordenação de Educação para Democracia do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados.

Voltado aos universitários que fazem estágio na Câmara, o programa visa proporcionar a esses estudantes conhecimento sobre a instituição e o papel do Legislativo.

Em sua segunda edição, o programa será oferecido de 3 a 7 de novembro, das 8 às 12 horas. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3216-7619.

13/10/2014 - 18h18. Da Redação: RCA. A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Reprodução de nota:

Educação e Cultura

• Senado analisa projetos que valorizam professores

Valorizar o trabalho dos professores é uma preocupação recorrente no Senado. Os senadores examinam, por exemplo, projeto ([PLS 155/2013](#)) que procura garantir o pagamento do piso nacional — que hoje é de R\$ 1.697,39, para uma jornada de 40 horas — a todos os profissionais do magistério que atuam na educação básica pública.

O piso salarial nacional para os professores virou [lei](#) em 2008, após ter sido aprovado pelo Congresso e sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta foi apresentada quatro anos antes pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Mas, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pelo menos cinco estados e mais de 33% dos municípios ainda não pagam o piso.

Agora, Cristovam propõe transferir para a União a responsabilidade de pagar esse valor diretamente a todos os professores da educação básica pública.

"A única saída para não jogar a conta sobre os cérebros das crianças é jogá-la sobre as finanças do governo federal. A lei nacional do piso foi feita pelo governo federal, deve caber a ele pagar o piso a cada professor, independente do seu estado ou município", diz o senador.

Cristovam observa que governadores e prefeitos alegam não ter condições de arcar com o cumprimento do piso. Segundo o senador, a medida representaria na prática um reajuste para todo o magistério, pois governos e prefeituras ficariam responsáveis por continuar desembolsando o mesmo valor que hoje já pagam a esses profissionais.

"O piso seria não apenas nacional, mas também federal, assegurado até na mais pobre de nossas cidades e permitindo uma elevação no valor do salário do professor em função do fato da prefeitura e do governo do estado continuarem desembolsando o mesmo montante atual, além do valor do piso pago pela União", justifica.

O projeto aguarda a escolha de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será examinado posteriormente pela Comissão de Educação (CE).

Outros projetos

Além do piso, outros projetos modificam as condições de trabalho dos professores. É o caso do [PLS 342/13](#) que cria incentivos, inclusive de natureza remuneratória, para os professores lotados nas unidades localizadas em áreas de difícil acesso.

O objetivo do projeto, conforme a autora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é incentivar profissionais de alto nível a trabalharem no interior, abrindo mão de uma carreira mais confortável nos grandes centros urbanos. Se aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto vai ao exame da Comissão de Educação (CE).

Também aguarda definição no Senado o [PLS 192/2013](#), que assegura o direito à meia-entrada nas atividades culturais e artísticas a professores de todos os níveis de ensino. O autor da proposta, senador Alfredo Nascimento (PR-AM), lembra que diversos estados e municípios já adotam a medida.

"Além de a meia-entrada consistir em justa retribuição complementar a um trabalho extremamente exigente e da maior relevância social, deve-se considerar o efeito multiplicador da sua presença em atividades culturais, despertando o interesse imediato de seus alunos e formando um público para o futuro próximo e longínquo", argumenta.

A proposta será examinada pela CCJ e pela CE.

Rodrigo Baptista | 15/10/2014, 16h09 - ATUALIZADO EM 15/10/2014, 17h12. Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Reprodução de nota:

Inclusão

• Um soldado na luta pela acessibilidade

Desde que chegou ao Senado, em julho, Fleury (DEM-GO) tem, entre as principais bandeiras, a promoção cada vez maior da acessibilidade e da mobilidade urbana tanto nas ruas dos municípios quanto nas dependências da Casa. O Jornal do Senado conversou com o parlamentar, que é cadeirante, a respeito dos projetos dele para a melhora da acessibilidade. Outros assuntos abordados foram a Lei Brasileira da Inclusão — novo nome do Estatuto da Pessoa com Deficiência — e as iniciativas que ele tomou para que a população da cidade de Quirinópolis (GO), onde mora, passasse a respeitar, de maneira efetiva, as vagas destinadas às pessoas com deficiência.

Acessibilidade na Casa

"Logo que aqui cheguei, fui muito bem recebido pelo presidente Renan Calheiros, que chegou a me nomear um soldado na luta por essa causa da acessibilidade. As minhas reivindicações vêm sendo atendidas e o secretário-geral da Mesa [Luiz Fernando Bandeira] está acompanhando espontaneamente o processo. Nas comissões permanentes, por exemplo, todas as portas passaram a permitir o acesso de cadeiras de rodas. Outra coisa que conseguimos foi uma vaga de estacionamento para pessoas com deficiência na Chapelaria, que é a entrada oficial desta Casa.

Era uma falta de respeito muito grande com deficientes e idosos a dificuldade que eles tinham de entrar aqui. A bandeira da acessibilidade é a minha principal luta aqui dentro.”

Questão de dignidade

“Na Câmara, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) já conseguiu. Fiquei impressionado com as mudanças lá. Nós vamos chegar a esse ponto aqui também. Precisamos que todos os órgãos públicos deem dignidade e acessibilidade às pessoas com deficiência. Sempre digo a quem vem conversar comigo que passe um dia na cadeira de rodas. Tenho certeza de que teríamos muitas rampas construídas e calçadas rebaixadas.”

Poder público

“Essa é uma discussão que deve ter o envolvimento do governo federal, dos estaduais e dos municipais, especialmente destes últimos. As pessoas moram nos municípios. Os prefeitos deveriam padronizar as calçadas, por exemplo. Elas deviam ser antiderrapantes. As prefeituras podiam fazer das calçadas antiderrapantes o símbolo de boa gestão e política pública de inclusão.”

“Respeite”

“O Símbolo Internacional de Acesso sensibiliza a muitos, mas não a todos. O PLS 271/2014 inclui a palavra ‘respeite’ nas vagas destinadas às pessoas com deficiência. Acho que essa palavra vai doer um pouco em quem resolver parar onde não deve. Acredito que se esse projeto for aprovado, vai ficar uma marca minha aqui. Que o povo leia a frase e efetivamente respeite o público-alvo das vagas. Tomei essa iniciativa, pessoalmente, em Quirinópolis, onde moro. O prefeito me autorizou e, pelo levantamento que fizemos, a quantidade de gente que ia estacionar e desistiu após ler a frase foi bastante significativa.”

Bicicletas

“Estamos preparando um projeto que dá incentivo fiscal às empresas que venham a financiar a compra de bicicletas para que os funcionários se desloquem para o trabalho. Brasília, especialmente, oferece essa condição. É importante destacar que cada nova bicicleta tira um carro da rua, o que diminui esse trânsito sufocante que temos, que só desgasta ainda mais o trabalhador.”

Lei da Inclusão

“Eu, [o autor do projeto] o senador Paulo Paim (PT-RS) e a deputada Mara Gabrilli [relatora] vínhamos conversando sobre esse tema. O nome Lei Brasileira da Inclusão me parece mais fácil e menos chocante do que o anterior. Fiquei muito sensibilizado com o que li. A deputada, que também é cadeirante, coordenou um trabalho com mais de 1,2 mil pessoas. O texto está vindo para o Senado e espero que seja aprovado o quanto antes. A lei como um todo é altamente favorável às pessoas com deficiência. Seria injusto destacar um ou dois pontos. Posso garantir que será um ganho significativo para essa parcela da população do Brasil.”

Pedro Pincer | 14/10/2014, 22h02 - ATUALIZADO EM 14/10/2014, 22h04. Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Visite o Congresso

Sua escola pode conhecer de perto o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. O prédio que abriga a Câmara dos Deputados e o Senado Federal é um marco arquitetônico da Capital da República e está de portas abertas para receber visitantes interessados em conhecer um pouco mais sobre o Poder Legislativo brasileiro. Agende aqui:

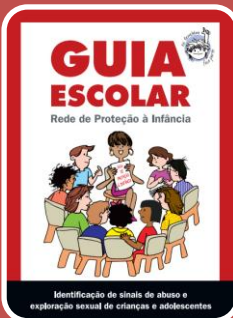
<http://www2.congressonacional.leg.br/visite/agendamento/buscardata>



Baixe o aplicativo Proteja Brasil

O Proteja Brasil é o aplicativo para iPhone ou celular com sistema Android criado para facilitar denúncias e informar sobre violência contra crianças e adolescentes. A partir do local onde o usuário está, o **Proteja Brasil indica telefones e endereços e o melhor caminho** para chegar a delegacias especializadas de infância e juventude, conselhos tutelares, varas da infância e organizações que ajudam a combater a violência contra a infância e adolescência nas principais cidades brasileiras. Baixe:

<http://www.protejabrasil.com.br/br/>



Guia Escolar ajuda a identificar sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

Produzida em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a publicação tem como objetivo orientar os profissionais de educação a identificar os sinais de exploração sexual, além de informar sobre os procedimentos necessários para fazer a denúncia. O MEC está distribuindo 60 mil exemplares do guia para as escolas da rede pública e publicou o conteúdo na versão digital no Portal do Professor.



Educação Infantil

O Plenarinho é o principal canal de interação entre a Câmara dos Deputados e o universo infantil (crianças de 7 a 12 anos, pais, professores e educadores). Por meio de uma linguagem acessível e lúdica, o portal informa sobre o Poder Legislativo - elaboração de leis e atuação parlamentar -, política, democracia e organização do Estado. A Turma do Plenarinho, composta por sete simpáticos personagens, foi criada para facilitar a identificação com o público infantil. Além de fornecer conteúdo para pesquisas sobre temas diversos, o Plenarinho oferece ainda subsídio para que as crianças desenvolvam o pensamento crítico e formem sua cidadania. Acesse: www.plenarinho.gov.br

ANEXO - SIGLAS

- CD – Câmara dos Deputados.
CF – Constituição Federal
MPV ou MP - Medida Provisória.
PDC - Projeto de Decreto Legislativo (CD).
PDS - Projeto de Decreto Legislativo (SF).
PEC - Proposta de Emenda à Constituição.
PLC - Projeto de Lei da Câmara.
PLN - Projeto de Lei do Congresso Nacional.
PLS - Projeto de Lei do Senado.
PLV - Projeto de Lei de Conversão.
PRC - Projeto de Resolução da Câmara.
PRS - Projeto de Resolução do Senado.
REQ – Requerimento.
SF – Senado Federal.

Links recomendados

- www.congressonacional.leg.br - **Congresso Nacional do Brasil**
- www.senado.leg.br - **Senado Federal**
- www.camara.leg.br - **Câmara dos Deputados**
- <http://bd.camara.gov.br/bd/page/about> - **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**
- <http://www.senado.leg.br/senado/biblioteca/> - **Biblioteca do Senado Federal**

Eventos da Câmara

- **Para informações e inscrições em eventos da Câmara:**
<http://www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/eventosprogramados>

Acompanhe a agenda da próxima semana

- **Agenda do Senado Federal** - <http://www.senado.leg.br/atividade/agenda/default.asp>
- **Agenda da Câmara dos Deputados** - <http://www.camara.leg.br/internet/agendacamara>

EXPEDIENTE

Área de Representação Institucional da União Marista do Brasil

E-mail: leila@umbrasil.org.br

União Marista do Brasil – UMBRASIL

55 (61) 3346 5058 – www.umbrasil.org.br – www.facebook.com/umbrasil1